

Impactos da COVID-19 nas cadeias produtivas e no cotidiano de comunidades tradicionais na Amazônia Central

Impacts of COVID-19 on production chains and daily life in traditional communities in Central Amazonia

Impactos de la COVID-19 en las cadenas de producción y la vida cotidiana de las comunidades tradicionales en la Amazonia Central

Jacson Rodrigues da Silva
Jéssica Poliane Gomes dos Santos
Fernanda Maria Freitas Viana
Juliana Rodrigues Larrosa Oler
Angela May Steward

Dossiê: Reflexões e perspectivas sobre a pandemia de COVID-19

Editores: Gilton Mendes, Luisa Belaunde, Edgar Bolívar-Urueta

Data de envio: 2020-06-20. **Devolvido para revisões:** 2020-08-05. **Data de aceitação:** 2020-09-29

Como citar este artigo: DaSilva, R. J., Dos Santos, J. P., Viana, F. M. F., Oler, J. R. L., e Steward, A. M. (2020). Impactos da COVID-19 nas cadeias produtivas e no cotidiano de comunidades tradicionais na Amazônia Central.

Mundo Amazônico, 11(2), 75-92. <http://dx.doi.org/10.15446/ma.v11n2.88436>

Resumo

No intuito de contribuir com informações a respeito do impacto da pandemia da COVID-19 no interior do estado do Amazonas, apresentamos um relato de caso da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (RDSA), na região do Médio Solimões. O objetivo principal foi investigar os impactos da pandemia no cotidiano de moradores locais, identificando as dificuldades enfrentadas, mudanças nos hábitos alimentares e impactos nas cadeias produtivas. Para obter as informações, foram realizadas entrevistas semiestruturadas remotamente com nove integrantes de núcleos familiares de quatro comunidades e uma localidade da RDSA. Além de registrar os impactos,

Jacson Rodrigues da Silva. Técnico do Programa de Manejo de Agroecossistemas (PMA) - Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM). jacsonr00@gmail.com
Jéssica Poliane Gomes dos Santos. Grupo de Estudos Culturais e Etnogeográficos - Departamento de Geografia - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisadora Colaboradora, Grupo de Pesquisa - Análise Geoespacial, Ambiente e Territórios Amazônicos - Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM). jessicapoliane@gmail.com
Fernanda Maria Freitas Viana. Coordenadora do Programa de Manejo de Agroecossistemas - Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM). fefreitasbio@gmail.com
Juliana Rodrigues Larrosa Oler. Pesquisadora - Grupo de Pesquisa em Territorialidades e Governança Socioambiental na Amazônia & Programa de Manejo de Agroecossistemas - Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM). juliana.oler@gmail.com
Angela May Steward. Professora Adjunta - Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares - Ineaf/Universidade Federal do Pará (UFPA). Pesquisadora colaboradora- Grupo de Pesquisa em Territorialidades e Governança Socioambiental na Amazônia do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM). angelasteward@gmail.com

visamos identificar, junto com os interlocutores, ações possíveis para garantir a saúde e bem-estar das famílias e sua capacidade de continuar comercializando sua produção. Ações foram divididas em propostas imediatas para o momento da pandemia e ações de longo prazo. Os resultados mostram que no início da pandemia os moradores ajustaram seus hábitos alimentares e se adaptaram rapidamente às novas recomendações de isolamento social e outras medidas preventivas. Embora os dados apontem para prejuízos no que diz respeito à economia familiar e as cadeias produtivas, os interlocutores trazem propostas inovadoras para enfrentar a crise imediata e promover as cadeias produtivas a longo prazo. Desta forma, os resultados refletem o atributo de flexibilidade tipicamente associada às comunidades ribeirinhas amazônicas. A auto-organização, oportunizada pela criação de redes de colaboração amplas, toma uma dimensão maior, necessária para enfrentar a crise atual na ausência do Estado e na face das desigualdades históricas regionais.

Palavras-chaves: Médio Solimões; comunidades ribeirinhas; comercialização; pandemia; alimentação.

Abstract

To provide information on the impact of the COVID-19 pandemic in the interior of Amazonas state, we present a case report from the Amanã Sustainable Development Reserve (RDSA), in the Middle Solimões region. The primary objective of this study was to investigate the impacts of the pandemic on local residents' daily lives, identifying the difficulties they face, changes in dietary practices, and impacts on agricultural production chains. Information was obtained through semi-structured interviews conducted remotely with nine family members from four communities and one locality the RDSA. In addition to documenting impacts, we sought to identify jointly with interlocutors possible actions to guarantee the health and well-being of local families and their ability to continue marketing their production. Actions were divided into immediate proposals for this moment of pandemic and longer-term actions. Results demonstrate that at the beginning of the pandemic, residents adjusted their dietary habits and quickly adapted to social isolation recommendations and other preventive measures. Although data point to losses in families' income and in production, interlocutors bring forth innovative proposals to weather the immediate crisis and promote marketing through alternative supply chains in the long term. Thus, the results reflect the flexibility typically associated with Amazonian *ribeirinho* communities. Self-organization, promoted by the creation of broad collaborative networks, takes on a larger dimension in this context, necessary to face the current crisis in the absence of the State and in face of historical regional inequalities.

Keywords: Middle Solimões region; riverine communities; marketing; pandemic; well-being.

Resumen

Para contribuir con información sobre el impacto de la pandemia de COVID-19 en el interior del estado de Amazonas, presentamos un reporte de caso de la Reserva de Desarrollo Sostenible Amanã (RDSA), en la región del Medio Solimões. El objetivo principal fue investigar los impactos de la pandemia en la vida diaria de los pobladores locales, identificando las dificultades enfrentadas, los cambios en los hábitos alimenticios y los impactos en las cadenas de producción. Para obtener la información, se realizaron entrevistas semiestructuradas a distancia a nueve miembros de núcleos familiares de cuatro comunidades y una localidad de la RDSA. Además de registrar los impactos, se identificaron, junto con los interlocutores, las posibles acciones para garantizar la salud y el bienestar de las familias y su capacidad para continuar comercializando su producción. Las acciones a desarrollar se dividieron en propuestas inmediatas para el momento de la pandemia y en estrategias a largo plazo. Los resultados muestran que al inicio de la pandemia los residentes ajustaron sus hábitos alimenticios y se adaptaron rápidamente a las nuevas recomendaciones para el aislamiento social y otras medidas preventivas. Aunque los datos apuntan pérdidas en términos de la economía familiar y en las cadenas de producción, los interlocutores aportaron propuestas innovadoras para enfrentar la crisis inmediata y promover las cadenas de producción a largo plazo. Así, los resultados reflejan el atributo de flexibilidad típicamente asociado con las comunidades ribereñas amazónicas. La autoorganización, posible gracias a la creación de amplias redes de colaboración, adquiere una dimensión más amplia, necesaria para enfrentar la actual crisis en ausencia del Estado y ante las desigualdades históricas regionales.

Palabras clave: Medio Solimões; comunidades ribereñas; comercialización; pandemia; bienestar.

Introdução

O continente americano tem se tornado o epicentro da pandemia causada pelo novo coronavírus (COVID-19) e a sua propagação tem ocorrido de forma diferenciada no continente, afetando em demasia países em desenvolvimento e inclui o Brasil, que tem o maior número de casos e mortes na América Latina. No início de junho de 2020, o país ultrapassou os EUA como líder mundial em mortes diárias pela doença (Editorial Board/Washington Post, 2020).

Neste contexto, a região Amazônica está sendo fortemente atingida. Segundo dados compilados até dia 20 de junho de 2020, quatro dos cinco estados brasileiros com o maior número de casos, localizam-se na região, sendo eles Amapá, Amazonas, Roraima e Acre (ordenados do maior para o menor número de casos) (Cota, 2020).

A chegada da COVID-19 nas periferias das grandes cidades, e de modo geral nas regiões Nordeste e Norte do país, tem causado grande impacto (incluindo o fechamento de comércios e a diminuição na oferta de empregos e serviços, sobrecarga dos serviços de saúde, paralisação das atividades escolares, dentre outros), além de mudanças nas dinâmicas sociais nas comunidades e cidades localizadas nestas regiões. A realidade social complexa do país, aliada a fatores socioeconômicos extremamente desiguais, tem se transformado em barreiras ao enfrentamento da pandemia, especialmente no que tange ao isolamento social, tornando regiões e populações específicas ainda mais vulneráveis, uma vez que potencializa aspectos de desigualdade historicamente vivenciados no país. (Cataia, 2020; Escobar, 2020).

Populações rurais no interior da Amazônia têm enfrentado ainda mais dificuldades em virtude da pandemia da COVID-19 por se localizarem em áreas classificadas como de maior vulnerabilidade¹. Segundo o relatório do Núcleo de Métodos Analíticos para Vigilância em Saúde Pública do PROCC/Fiocruz (2020), nos 62 municípios do estado do Amazonas, 47 das cidades localizadas em regiões predominantemente rurais possuem Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) baixo e muito baixo, acesso precário à água tratada, poucas estruturas para disposição de esgoto e eletricidade. Para o sucesso no combate a pandemia, ações de mitigação devem considerar estes aspectos (Bombardi e Nepomuceno, 2020; Codeço, Villela, Coelho, Bastos, Carvajho, Gomes, Cruz e Lana, 2020).

Esta realidade de vulnerabilidade é refletida nos números dos casos da COVID-19 nas cidades interioranas no estado de Amazonas. A partir de dados compilados até dia 20 de junho de 2020, as cidades com maior número de casos por 100 mil habitantes no estado incluem: Japurá, São Gabriel da Cachoeira, Itapiranga, Tefé e Santo Antônio de Iça. É importante destacar também que o município de Tefé, localizado na região do Médio Solimões, foco deste trabalho, tem o maior número de óbitos por 100 mil habitantes do estado, segundo os dados compilados na mesma data (Cota, 2020).

Na região do Médio Solimões há escasso e precário provimento de serviços públicos (saúde, educação, saneamento), fazendo com que as populações residentes nas comunidades rurais tenham que buscar por estes serviços nos centros urbanos mais próximos, ocasionando sobrecarga a estes municípios (Andrade, Pereira, Nascimento e Gomes, 2020; Muniz, 2020; Ramalho, Junqueira, Baccaro, Hill, Martins, Barcelos ... e Nascimento, 2020). A cidade de Tefé, em particular, funciona como um polo que registra uma elevada circulação de pessoas que vem dos interiores mensalmente para acessar os diversos serviços concentrados no local. Além do mais, são estes centros urbanos os principais mercados consumidores dos produtos oriundos da agricultura familiar, bem como de outros produtos da floresta comercializados na região, e que, em virtude da pandemia, tem alterado toda a cadeia produtiva, afetando o escoamento, o acesso e a distribuição da produção oriunda destas diversas atividades produtivas locais.

No intuito de contribuir com informações a respeito do impacto da pandemia da COVID-19 no interior do estado do Amazonas, fizemos um recorte dessa realidade para um território de Unidade de Conservação de uso sustentável, e, apresentamos o caso da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã – RDS Amanã (Figura 1). Assim, procuramos identificar quais as estratégias adotadas e as dificuldades vivenciadas por quatro comunidades e uma localidade² desta RDS, especialmente sobre as atividades produtivas agrícolas e o acesso a bens e serviços ofertados nos centros urbanos próximos. As informações foram obtidas remotamente³ em entrevistas semiestruturadas com nove integrantes de núcleos familiares, aos quais foram aplicados um roteiro breve constituído pelas seguintes perguntas: Quais seriam os principais motivos/necessidades que levariam um indivíduo, nesse momento, a decidir viajar para a cidade, mesmo sabendo dos riscos do contágio pela Covid-19? Como a pandemia tem afetado o cotidiano das comunidades? Quais as mudanças para a rotina do escoamento da produção agrícola nos mercados consumidores locais? E, de forma geral, quais são os impactos na renda oriunda da produção, nos hábitos alimentares e no acesso a benefícios?

As entrevistas foram realizadas durante o mês de maio pelo primeiro autor, que conhece os interlocutores há mais de 11 anos por meio do seu trabalho de extensão e pesquisa-ação⁴ no âmbito do Programa de Manejo de Agroecossistemas (PMA) do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM). As coautoras também são afiliadas com o PMA do IDSM e conhecem as comunidades e seus moradores através do contato em campo por meio de suas atuações profissionais.

A motivação da pesquisa veio, no primeiro momento, para compreender como as comunidades estão enfrentando as dificuldades da pandemia bem como trazer luz à realidade destes grupos sociais poucos retratados pela mídia *mainstream* (convencional). Também procuramos refletir junto com

os interlocutores caminhos possíveis para garantir a saúde e bem-estar das famílias, além da sua capacidade de continuar comercializando sua produção e acessando os bens e serviços – até então somente disponíveis nos centros urbanos da região.

Na sequência desta breve introdução, o presente relato de caso está organizado nas seguintes seções: Contexto sócio-geográfico da Reserva Amanã, as medidas de isolamentos em prática no contexto da pandemia, as alterações na economia familiar e nas cadeias produtivas e, por fim, as ações propostas, incluindo as imediatas e as de longo prazo que poderão contribuir para a autonomia dos territórios tratados neste trabalho, seguido das considerações finais.

Contexto sócio-geográfico da Reserva Amanã

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã possui 2.350.000 hectares de extensão territorial, abrangendo os municípios de Maraã, Coari, Codajás e Barcelos, na região central do estado do Amazonas (Amazonas, 1998). De acordo com os dados do Sistema de Monitoramento Demográfico e Econômico do Instituto Mamirauá, a população da RDS Amanã (composta de populações ribeirinhas tradicionais e indígenas) é de 5.458 habitantes (SIMDE, 2019).

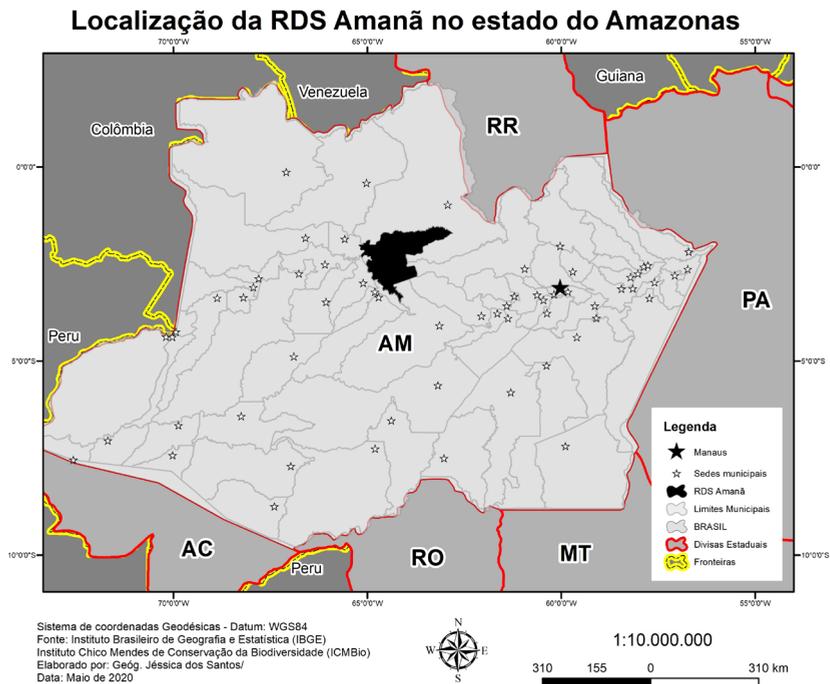
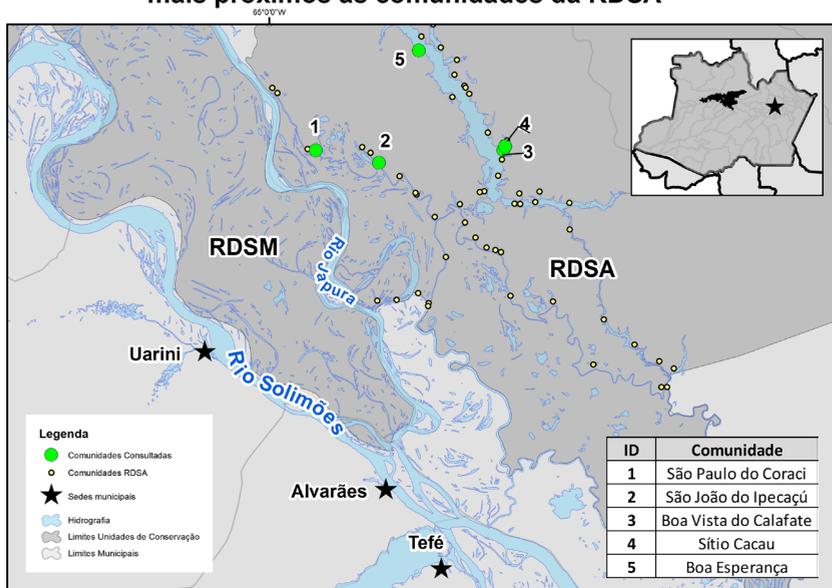


Figura 1: Localização da RDS Amanã na região do Médio Solimões, Amazonas, Brasil.

As atividades produtivas locais são caracterizadas por um modo de produção e apropriação do espaço marcado por peculiaridades, em razão do ambiente em constante dinâmica hidroclimática, que condiciona a população a buscar alternativas de adaptação e exploração de uso e manejo dos recursos (Pereira, Lima, Reis e Veasey, 2006; Pereira, Vinhote, Zingra e Takeda, 2015; Viana, Steward e Richers, 2016). Desde que a RDSA foi decretada em 1998, as comunidades participam de várias ações participativas voltadas para o manejo comunitário florestal, o manejo dos recursos pesqueiros e dos agroecossistemas nos estabelecimentos familiares. O uso e manejo dos recursos naturais atualmente estão guiados pelo plano de gestão da RDSA, elaborado durante o ano de 2019 pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente do estado do Amazonas e Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, e que está em fase de consulta pública. As normas que regulamentam o uso dos recursos foram estabelecidas considerando o histórico de estudos desenvolvidos na Unidade de Conservação nos últimos anos e através de consulta as comunidades, por meio da realização de oficinas de planejamento participativo e participação nas assembleias (reuniões dos setores políticos da reserva) no decorrer dos anos de 2018 e 2019.

Localização dos centros urbanos mais próximos as comunidades da RDSA



Sistema de coordenadas Geodésicas - Datum: WGS84
 Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
 Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá
 Elaborado por: Geógr. Jéssica dos Santos/
 Data: Maio de 2020



1:691.901



Figura 2: Localização das comunidades e centros urbanos próximos.
 Elaboração: Jéssica dos Santos (2020)

Além dos desafios enfrentados pelos moradores no desenvolvimento de suas cadeias produtivas, estes ainda precisam se deslocar por grandes distâncias até as sedes municipais principais (Figura 2) para utilização de serviços essenciais e não essenciais, bem como para o escoamento e comercialização da sua produção. Estas distâncias são variáveis, sofrem influência da época do ano (por causa da cheias e vazantes) e do meio de transporte utilizado, o que torna o acesso a estes serviços e atividades ainda mais desafiador para os moradores de comunidades rurais mais isoladas.

Os núcleos urbanos mais próximos são Marañ, Alvarães e Tefé, sendo esta última considerada uma cidade média de responsabilidade territorial⁵ na região (Schor e Oliveira, 2011). O único meio de acesso para quaisquer localidades, cidades e comunidades, se dá por vias fluviais e pode levar cerca de 8 a 13 horas de viagem a depender do tipo de embarcação, único meio de transporte utilizado por essas populações ribeirinhas, tanto para o transporte de pessoas, como para o transporte da produção agrícola familiar.

As medidas de isolamento social em prática na RDS no contexto da pandemia

Desde os meados de março de 2020, com o avanço da pandemia no Amazonas, observou-se um aumento na geração de informações sobre a prevenção e combate a COVID-19 direcionado aos povos das comunidades tradicionais na região Amazônica, incluindo o Médio Solimões, que abrange a RDS-Amanã. Entretanto, os materiais como infográficos, cartilhas em PDF, notas técnicas e estudos científicos, elaborados por instituições públicas e não governamentais tais como: prefeituras da região, o Instituto Mamirauá e a Universidade Estadual do Amazonas tem esbarrado em dificuldades de acesso à internet e outros meios de divulgação por parte dos moradores destas regiões, o que faz com que a informação, muitas vezes, não alcance seu público alvo e deixe de ser difundida amplamente. Embora outros meios de divulgação com maior alcance, como o rádio, estejam sendo utilizados, relatos de alguns moradores mostram que os materiais têm sido pouco acessados, apesar de estarem sendo difundidos amplamente nas redes sociais. Esse fato pode ser explicado pela constante falta de acesso à internet na região onde estão localizadas estas comunidades.

Diante deste panorama e considerando as demandas das populações tradicionais, percebe-se que muitas das medidas recomendadas por autoridades de saúde e outras instituições cabem melhor em contextos de outras regiões, e apresentam limitações quando tratamos de realidades particulares de moradores de comunidades tradicionais da região do estudo. Dados levantados pelo SIMDE (2019), mostram que as características das moradias locais dificultam a adoção do isolamento social, uma vez que em cada domicílio

podem residir até três gerações de uma mesma família (Andrade *et al.*, 2020). Além do mais, a necessidade de acessar os centros urbanos próximos, para obtenção de produtos diversos, escoamento da produção agrícola, bem como acesso a serviços e direitos, tornam esse contexto local ainda mais vulnerável, já que são nos centros urbanos os locais mais propícios ao contágio.

Com isso, estas populações têm buscado adotar as medidas recomendadas pelas instituições de referência, reconfigurando-as às suas realidades, por meio da auto-organização, definindo regras locais e tomando decisões de forma autônoma. Os resultados da pesquisa mostram que no que diz respeito ao isolamento social, todas as comunidades e a localidade envolvida na pesquisa decidiram não receber visitas de pessoas de outras comunidades e das cidades. Também, sete das nove comunidades entrevistadas relataram que estão procurando evitar ao máximo as viagens para os centros urbanos locais, e, quando necessário, as pessoas devem obedecer às regras de orientação da comunidade, de forma a reduzir ao máximo o risco de contágio pela COVID-19.

No geral, os entrevistados têm adotado orientações que seguem em consonância as medidas recomendadas pelas autoridades de saúde tais como: uso de máscaras, ir o mínimo de pessoas nas viagens, as quais se encarregarão de resolver as demandas para as pessoas que ficam na comunidade, como por exemplo, a compra de *rancho*⁶. Quando chegarem da cidade com as compras, estas devem ser higienizadas com água sanitária ou sabão e as roupas também são lavadas.

Apenas uma comunidade estabeleceu que as pessoas que vão à cidade, ao retornarem, devem ficar em isolamento por pelo menos dez dias, em sua casa. No entanto tem sido uma regra difícil de ser seguida num contexto em que as comunidades executam ações de trabalho e de convívio social de forma coletiva. As diversas formas de trabalho recíproco, troca de dias, mutirões relacionados aos espaços de roças e sítios (Lima, Steward e Richers, 2012) e também do espaço comum da comunidade ilustram esta lógica coletiva.

Mesmo sabendo que os centros urbanos locais são as áreas mais propícias ao contágio, as famílias ainda possuem necessidades que as levam a estes locais, principalmente para adquirir itens básicos de alimentação, medicamentos, combustível (utilizados no funcionamento dos motores de luz da comunidade ou localidade), para ter acesso a serviços essenciais (ex.: banco e serviços de saúde), para a comercialização de seus produtos agrícolas, do extrativismo e pescado, e para a compra de outros produtos que são somente encontrados nos centros urbanos.

Para comprar os itens manufaturados precisam de recurso financeiro, que é obtido através da venda de seus produtos oriundos da produção familiar (Peralta and Lima, 2013), bem como, através do recebimento de benefícios sociais (aposentadorias, bolsa família, seguro defeso e o auxílio

emergencial do governo federal). No entanto, neste momento, esses eventos de deslocamento para os centros urbanos podem levar a exposição e ao risco do contágio pela COVID-19, devido aos contatos sociais que podem vir a ser estabelecidos nestes espaços.

Impactos da pandemia nas cadeias produtivas e na economia familiar

O transitar entre os centros urbanos próximos bem como toda a cadeia produtiva tem se alterado neste contexto de pandemia. Antes, as famílias vinham aos centros urbanos duas vezes ou mais por mês, dependendo da produção da safra. Agora, além da diminuição do fluxo de viagens durante o mês, sete dos nove entrevistados relataram que, na maioria das vezes apenas uma pessoa por família, geralmente os chefes de família⁷, tem se deslocado para cumprir estas funções, antes realizadas em conjunto por mais membros do núcleo familiar.

O escoamento da produção oriunda das atividades da agricultura familiar, como os produtos que estão em plena safra, frutas *in natura* dos sítios agroflorestais e das florestas, polpas, farinha e outros derivados da mandioca, e também da atividade da pesca artesanal, têm sido pouco comercializados nos centros urbanos e muitos produtos, principalmente as frutas, têm sido perdidas. Especificamente, relataram perdas dos seguintes itens: abacaxi, abacate, banana e diversas espécies de peixes, sendo que no caso dos peixes, a pesca passou a ser realizada apenas para o consumo próprio da família.

Em razão das pessoas estarem evitando o deslocamento para os centros consumidores, a autonomia financeira das famílias tem sido impactada. Uma vez que quase a totalidade da produção agrícola das unidades familiares é comercializada nestes locais, torna-se evidente os impactos causados pela pandemia nas cadeias produtivas que essas populações podem vivenciar quando são obrigadas a adotar restrição de mobilidade ou interação com estes centros.

De acordo com relatos dos moradores, as mudanças na alimentação ocorreram mais no início das recomendações ao isolamento, pois ficou mais difícil adquirir alimentos da cesta básica: café, açúcar, arroz, feijão, macarrão, sabão em barra, óleo e sal, geralmente obtidos nestes centros. Apenas um entrevistado relatou que aumentou o consumo de alimentos mais disponíveis na comunidade (peixe e caça). Entretanto, a maior parte dos entrevistados não apontou mudanças dos hábitos alimentares comuns, mesmo com menos acesso aos centros urbanos, conseguiram manter o consumo de alimentos oriundos da cesta básica.

De uma forma geral, o dia a dia das pessoas nas comunidades também não passou por grandes mudanças. De acordo com os entrevistados, as atividades rotineiras em casa, na agricultura, caça e pesca de subsistência continuaram

acontecendo sem maiores alterações. É relevante destacar relatos de aumento da ansiedade e preocupação ocasionados por acompanhar as notícias pela televisão e rádio. Além disso, observou-se um aumento da necessidade de acesso mais constante as mídias sociais, para saber a situação de parentes residentes nas cidades.

Faz necessário evidenciar, segundo os relatos dos moradores, que os recursos oriundos de benefícios sociais como aposentadoria, seguro defeso, bolsa família e mais recentemente, o auxílio emergencial, tem tido uma importância significativa na manutenção de uma renda mínima para as famílias. O acesso a estes recursos tem permitido manter o consumo de itens essenciais para o complemento da alimentação e aquisição de outros produtos manufaturados de necessidade básica e imediata, como medicamentos e combustível. Entretanto, são os mesmos obstáculos já citados anteriormente que dificultam a efetividade de acesso a tais direitos, pois normalmente ocorrem de forma individual. Assim, outra vez as pessoas se veem em um paradoxo. De um lado a necessidade de ir aos centros urbanos, enfrentando as burocracias bancárias em meio às aglomerações geradas neste processo, correndo riscos de contaminação e propagação do vírus em suas comunidades, e por outro lado, manter-se em isolamento social às custas do não acesso a estes recursos. Novamente aqui, o acesso à internet entra como um dos grandes obstáculos, uma vez que, no caso do auxílio emergencial, o acesso ao benefício se dá exclusivamente por meio de um aplicativo de celular.

Neste período excepcional a que estão susceptíveis, as comunidades têm pensado em estratégias que viabilizem suprir suas necessidades básicas diversas, a partir de seus próprios territórios. A intenção é reduzir o deslocamento recorrente das pessoas até aos centros urbanos pela necessidade da comercialização e aquisição de produtos manufaturados. Tais estratégias visam buscar uma não dependência socioeconômica exclusiva com as cidades, adquirindo assim certa autonomia. Uma possível forma de solução presente em quase todas as falas dos entrevistados foi no sentido de tornar as próprias comunidades como locais para “vender os produtos e adquirir os itens manufaturados das cestas básicas” e para um cenário ideal, condições para que até o recebimento dos benefícios ocorressem também sem a necessidade de deslocamento para as cidades.

Nas comunidades as famílias mantêm uma diversidade produtiva com potencial de aumentá-las, considerando a agrobiodiversidade existente nestas comunidades e localidades (Steward, Rognant e Samis, 2016; Viana, Steward e Richers, 2016). Outro potencial é o surgimento de comerciantes locais, também moradores das comunidades, que abasteçam as comunidades com itens manufaturados. Estes também podem auxiliar para evitar deslocamentos de moradores aos centros uma vez que, antes da chegada da pandemia já existiam relatos de moradores que preferem adquirir estes

produtos destes comerciantes que circulam com suas embarcações para evitar terem que se deslocar para as cidades.

Nos últimos anos muitas comunidades conseguiram adquirir embarcações de médio porte que permitem certa autonomia e maior disponibilidade para a logística de produtos manufaturados. Com isso, elas podem se tornar os polos comerciais dentro do território, atendendo os moradores da própria comunidade, bem como de outras comunidades menores.

Diante do apresentado fica evidente a importância de apoiar as iniciativas de auto-organização das comunidades para o enfrentamento da pandemia e, também, proporcionar meios para que os direitos e os benefícios sociais sejam garantidos. Assim, as medidas se mesclam em ações conjuntas de nível local nos próprios territórios em conjunto com as medidas institucionais empreendidas pelas esferas públicas (governo municipal, estadual e federal), bem como iniciativas privadas e do terceiro setor. Para isso, tais medidas precisam ser pensadas a curto, médio e longo prazo e para a efetividade destas, é preciso considerar ações que estejam adaptadas ao contexto em que estas comunidades se inserem.

Ações propostas para amenizar os riscos da COVID-19 e promover a autonomia local no longo prazo

As ações propostas aqui foram elaboradas a partir das demandas locais apontando caminhos para melhor vivenciar este momento da pandemia da COVID-19, mas que possa contribuir também com as estratégias gerais para enfrentar outras situações de interferência e risco como as alagações e secas extremas que têm aumentado na região em anos recentes (Ávila, Steward, Ticktin and Clement, 2019; Steward, Costa, Rognant, Viana, Ávila, Santos, Rodrigues and Vieira, no prelo). Algumas ações já estão em andamento, sendo lideradas pelas comunidades. Outras foram apontadas como ações com potencial a serem implementadas com adaptações, sendo iniciativas que apresentam bons resultados em outros locais. Assim, as propostas foram divididas entre medidas imediatas para o momento da pandemia e medidas a serem implementadas no longo prazo.

Medidas imediatas

- O poder público local nos municípios, representados pelas prefeituras, com articulação das diferentes secretarias, devem garantir um canal informativo direcionado a esse público. Ademais, devem promover ações emergenciais, como o fornecimento de alimentos básicos e de higiene para as famílias mais carentes, seguindo todos os protocolos de orientação das autoridades de saúde no que tange o contato de organização, transporte e entrega desses itens.

- Viabilizar redes de cooperação para comercialização local de produtos, trocas, distribuição de benefícios externos entre outras coisas, pensando nas próprias comunidades com um mercado consumidor destas redes. A busca dos itens manufaturados pode ser organizada de forma que poucas pessoas precisem ir para a cidade, realizando compras em comum, em um único momento e em uma única logística, de modo que comporte um volume substancial de produtos para atender as necessidades imediatas da comunidade e envolva o mínimo de pessoas e viagens. A produção e comercialização de produtos pode ser incentivada através da valorização de comerciantes comunitários locais que já contam com estrutura viável para a efetivação desta medida.

Estas alternativas sugeridas apenas se somariam a eminente necessidade de mobilização e articulação prévia das organizações comunitárias para uma interlocução com os agentes públicos. Essa articulação é importante para que a efetividade e aplicação de ações sociais emergenciais paralelas, tais como suportes para abastecimento de suprimentos básicos de alimentação e higiene sejam garantidas. É necessário também, manter mecanismos de informações contínuas e planejamento de ações após pandemia.

Medidas pós-pandemia

- Fortalecer a existência de uma política pública como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), ou restabelecer o mesmo para que os agricultores tenham garantia de produzir e vender. Essa medida poderia assegurar a rápida absorção da produção da agricultura regional familiar;
- Incentivar a mobilização para organização comunitária e para venda de produtos adotando ações do tipo CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura) adaptadas a realidade local, com especial atenção para os problemas quanto a logística, higienização e público alvo.
- Viabilizar meios seguros para os agricultores familiares poderem escoar e comercializar a produção nos centros urbanos com apoio de prefeituras locais. Poderiam ser estabelecidos espaços de feiras livres com controle da entrada de consumidores e uso obrigatório de itens de proteção no espaço da feira, tanto por agricultores quanto para consumidores;
- Refletir sobre o que é mais consumido dos produtos manufaturados e verificar as possibilidades de produção de alguns alimentos localmente (tais como: outras variedades de hortaliças além das produzidas, produção de café, produção de melão da cana de açúcar, além de outros).

- Fortalecer os processos que vêm sendo desenvolvidos na região tais como: a Indicação Geográfica (IG), na modalidade Indicação de Procedência (IP) da farinha de mandioca; e os processos necessários para viabilizar a Certificação Orgânica dos produtores e seus produtos. O incentivo por meio das prefeituras locais e outras instituições que assessoram estes agricultores é essencial para que o processo se desenvolva, isso auxiliará a agregação de valor aos produtos, aumentando a geração de renda e fortalecendo a agricultura familiar no local e na região, além disso ajudará o agricultor na sua autonomia;
- Potencializar a implementação da infraestrutura que assemelha as chamadas “cantinas comunitárias”. A ideia surgiu nas entrevistas como sendo um conceito de comércio solidário, que funciona na forma de abastecimento, compra e comercialização local (Lima, 2016). Será um espaço comunitário, onde o gerenciamento acontecerá com ações coletivas, podendo ser exercido de maneira formal ou informal, por uma organização social comunitária. Este espaço tem o objetivo de viabilizar a venda dos itens básicos, conforme o interesse e a necessidade que as famílias apresentam pelo consumo destes produtos. Isso evitaria a necessidade de deslocamento destas pessoas aos centros urbanos para adquirir alimentos. Na prática esta alternativa pode ser visualizada para uma realidade deste contexto territorial, entretanto exige minimamente um movimento que possa despertar o interesse, a familiaridade e a apropriação da ideia embasada no empreendedorismo coletivo e solidário, conduzida por uma dinâmica comercial de abastecimento, venda e compra.

Considerações finais

As comunidades do interior, distantes dos grandes centros urbanos que são epicentros de propagação do novo coronavírus tem, em certa medida, pequenas vantagens no que diz respeito ao isolamento social. A integração com a floresta e as adaptações adquiridas para a vivência neste contexto, garantem menos dependência com estes epicentros do vírus.

Entretanto, os rios que as integram e as inserem nas redes de circulação (informacional, técnica, industrial, além de outros), é o mesmo caminho por onde o vírus se interioriza. Com isso, a vantagem do isolamento também se torna um dos maiores problemas pois faz insurgir conflitos latentes, que revelam as extremas desigualdades históricas que ainda se fazem presentes na atualidade.

Em resumo, historicamente as comunidades do interior da Amazônia, no geral, tem uma capacidade alta para adaptação das dinâmicas ambientais e econômicas características da região (Harris, 2009; Lima, 1999), e, por isso, respondem rapidamente para enfrentar novas mudanças ou até crises.

Os dados do presente trabalho também refletem o atributo da flexibilidade tipicamente associada com as comunidades ribeirinhas amazônicas – demonstrando ajustes imediatos no consumo dos alimentos nos meses iniciais da pandemia e uma adaptação rápida às novas recomendações de isolamento social e medidas preventivas. Os resultados também apontam para os impactos nas cadeias produtivas e na economia familiar – perdas de produtos e a diminuição da renda familiar. Desta forma, a atual crise da pandemia tem exposto as vulnerabilidades das comunidades devido às estruturas regionais, em que as cidades concentram de forma desigual a infraestrutura básica e acabam sendo os locais principais da comercialização. Porém, as discussões com os moradores locais mostram a adoção de propostas inovadoras de enfrentamento a crise atual.

A pandemia e sua propagação nos condiciona a viver em um embate diário permeado por paradoxos. O território a ser defendido agora se converge aos corpos, do eu e do outro. Ao isolar-se, a individualidade se torna ação e condição necessária para o bem comum. As mobilidades acontecem no âmbito da virtualidade, proporcionada pela integração das redes de comunicação global que mesmo diante das particularidades dos lugares, integram todas as notícias, as crises e o vírus.

Ocorrerão novas dinâmicas socioespaciais, sem que possamos barrá-las. Sejam nas comunidades ribeirinhas da Amazônia, seja nos centros econômicos do mundo, condicionando a adaptações e a novos contextos de mobilidade e sociabilidade. Se as ações de auto-organização sempre foram medidas adotadas em vários contextos por estas populações em uma realidade de constante ausência do poder público para acesso a direito diversos, a auto-organização agora toma uma dimensão ainda maior para enfrentar a crise. Junto a estas ações locais, as medidas de ajuda mútua e as solidariedades sociais ativas oportunizadas por criação de redes de colaboração amplas se aliam as ações de enfrentamento.

Frente a situação de pandemia, é imperativo não esperar pelas ações imediatas do Estado, mas também não deixar de exigir que elas aconteçam. Assim é necessário garantir a segurança e manutenção das condições para a reprodução social destes grupos. Embora já caracterizados por adotarem uma prática produtiva pautada pela diversidade, os tempos pós pandemia exigirão que estas sejam ainda mais diversas e contínuas para suas cadeias produtivas e modos de vida.

Notas

¹ Essa classificação levou em consideração variáveis como, expectativa de vida ao nascer, índice de GINI, componente de escolaridade do IDH, % população vivendo em situação de extrema pobreza, % população vivendo em área urbana, % de pessoas

em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados, % de domicílio com água encanada, % de domicílio sem energia elétrica (Codeço et al., 2020).

² Os pequenos agrupamentos locais na região são caracterizados socialmente por comunidades e localidades/sítios. As comunidades são os locais que possuem um maior número de domicílios, além de algumas delas contarem com igrejas, escolas e centros comunitários. Já os sítios/localidades se caracterizam por ter um único tronco de parentesco familiar e um número menor de domicílios (Alencar & Soares, 2019).

³ As informações obtidas por contato remoto com pessoas residentes nas comunidades analisadas foram transmitidas via contato telefônico e pelo aplicativo Whatsapp (multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para smartphones).

⁴ A pesquisa ação, em alguns casos também denominada de pesquisa participante, é uma forma de pesquisa que se propõe a ser realizada de forma coletiva. Pesquisadores e participantes atuam em conjunto para a resolução do problema ou situação que estão envolvidos, e todo o processo ocorre a partir das condições e possibilidades dos participantes, considerando critérios e conceitos próprios de explicação (Tripp, 2005).

⁵ De acordo com Schor e Oliveira (2011), as cidades classificadas como médias com responsabilidade territorial são nódulos importantes na configuração interna da rede urbana no estado do Amazonas. Exercem influência nas cidades ao seu redor, tanto pelos seus arranjos institucionais (serviços e comércios, arrecadação de impostos, infraestrutura urbana, fluxos de transportes, dentre outros), como pelo desenvolvimento econômico. Na calha do Solimões, somente Tefé e Tabatinga estão categorizadas nesta perspectiva pelos autores.

⁶ O rancho é a denominação local para a cesta básica.

⁷ Neste texto definimos chefes de famílias como homens ou mulheres, representantes de uma unidade familiar, responsáveis por tomarem as decisões e que possuem as maiores responsabilidades da casa.

Referências

- ALENCAR, E.D. e Soares, I. (2019). Histórico de ocupação humana a partir do século XX. Em Nascimento, A.C.S., Oliveira, M.I.F.P., Gomes, C.R.L., Ferreira-Ferreira, J., Sousa, I., Franco, C.L.B e Souza, M.S. (Eds.), *Sociobiodiversidade da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (1998-2018): 20 anos de pesquisas* (pp. 170-185). Tefé, AM: IDSM.
- AMAZONAS. (1998). Decreto nº 19.021 de 4 de agosto de 1998. CRIA a Unidade de Conservação denominada Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã - RDS, e dá outras providências. Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas. Governo do Estado do Amazonas. Manaus.
- ANDRADE, L. C., Pereira, H. C., Nascimento, A. C. S. e Gomes, M. C. R. (2020, 27 de abril). Os potenciais impactos da pandemia da COVID-19 nas

comunidades ribeirinhas da Amazônia Central e as soluções recomendadas para mitigação. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação – SEDECIT. <http://www.sedecit.am.gov.br/enfrentamento-ao-covid-cientistas-contribuem-com-estudos/>

ÁVILA, J.V.C., Steward, A. M., Ticktin, T. e Clement, C. R. (2019). Adaptation of forest domestication practices induced by climate change along the Solimões river, Brazil. Em *Livro de resumos do VII International Congress of Ethnobotany*, Recife, Brasil. <https://doity.com.br/vii-international-congress-of-ethnobotany--i-international-congress-of-ethnozoology>.

BOMBARDI, L. M. e Nepomuceno, L.M. (2020, 29 de abril). Covid-19, desigualdade social e tragédia o Brasil. *Le Monde Diplomatique*, Acervo Online | Brasil. <https://diplomatique.org.br/Covid-19-desigualdade-social-e-tragedia-no-brasil/>.

CATAIA, M. (2020.) Civilização na encruzilhada: Globalização perversa, desigualdades socioespaciais e pandemia. *Revista Tamoios*, 16(1), especial COVID-19, 232-245. <https://doi.org/10.12957/tamoios.2020.50742>

CODEÇO, C. T., Villela, D., Coelho, F., Bastos, L.S., Carvalho, L.M., Gomes, M.F.C, Cruz, O.G. e Lana, R.M. (2020). Estimativa de risco de espalhamento da COVID-19 no Brasil e avaliação da vulnerabilidade socioeconômica nas microrregiões brasileiras. Núcleo de Métodos Analíticos para Vigilância em Saúde Pública PROCC/Fiocruz e EMAP/FGV.

COTA, W. (2020). Monitoring the number of COVID-19 cases and deaths in Brazil at municipal and federative units level. *SciElo Preprints*. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.362>

DIAS, B.C. (2020, 30 de março). Coronavírus e povos indígenas: Resistir com solidariedade e ciência. Associação Brasileira de Saúde Coletiva-ABRASCO. <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/saude-da-populacao/coronavirus-e-povos-indigenas-resistir-com-solidariedade-e-ciencia/46357/>

EDITORIAL BOARD/WASHINGTON POST. (2020, 10 de junho). While coronavirus deaths spike in Brazil, Bolsonaro wars with his enemies. *The Washington Post*. The Post View/Opinion. <https://www.washingtonpost.com/opinions/global-opinions/>.

ESCOBAR, A. L. (2020) A interiorização da pandemia: Potenciais impactos em populações em situação de vulnerabilidade na Amazônia. *Revista NAU Social*, 11, 137-143. <https://doi.org/10.9771/ns.v11i20.36614>

HARRIS, M. (2009). ‘Sempre Ajeitando’ (Always Adjusting): An Amazonian way of being in time. Em Adams, C., Murrieta, R., Neves, W. and Harris, M. (Eds.), *Amazon Peasant Societies in a Changing Environment* (pp. 69–91). Netherlands: Springer. https://doi.org/10.1007/978-1-4020-9283-1_5

- LIMA, D. (1999). A construção histórica do termo caboclo: Sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. *Novos Cadernos NAEA*, 2, 5–32. <https://doi.org/10.5801/ncn.v2i2.107>
- LIMA, D., Steward, A.M. e Richers, B. T. (2012). Trocas, experimentações e preferências: Um estudo sobre a dinâmica da diversidade da mandioca no Médio Solimões, Amazonas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas*, 7, 371-396. <https://doi.org/10.1590/S1981-81222012000200005>
- LIMA, J.R.O. (2016). Economia popular e solidária e desenvolvimento local: Relação protagonizada pela organicidade das iniciativas. *Revista Outra Economia*, 10, 3-17. <https://doi.org/10.4013/outra.2016.1018.01>
- MUNIZ, E. S. (2020, 8 de junho). A interiorização da Covid-19 na Amazônia: Reflexões sobre o passado e o presente da saúde pública. *Blog de HCS Manuginhos*. <http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/a-interiorizacao-da-Covid-19-na-amazonia-reflexoes-sobre-o-passado-e-o-presente-da-saude-publica>
- PERALTA, N. and Lima, D. (2013). A Comprehensive overview of the domestic economy in Mamirauá and Amanã in 2010. *Revista Uakari*, 9, 33-62. <https://doi.org/10.31420/uakari.v9i2.155>
- PEREIRA, H. S., Vinhote, M. L. A., Zingra, A. F. C. e Takeda, W. M. A. (2015). Multifuncionalidade da agricultura familiar no Amazonas: Desafios para a inovação sustentável. *Revista Terceira Margem Amazônia*, 1(5), 59-74.
- PEREIRA, K. J. C., Lima, B. F., Reis e R.S e Veasey, E. A. (2006). Saber tradicional, agricultura e transformação da paisagem na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, Amazonas. *Revista Uakari*, 2, 9-26. <https://doi.org/10.31420/uakari.v2i1.11>
- RAMALHO, E.E., Junqueira, I., Baccaro, F., Hill, A.L., Martins, I.M., Barcelos, D.C. ... and Nascimento, A.C.S. (2020). Dissemination of COVID-19 in cities and riverine communities in Central Amazonia. *SciELO PrePrints*. <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/406>
- SCHOR, T. e Oliveira, J. A. (2011). Reflexões metodológicas sobre o estudo da rede urbana no Amazonas e perspectivas para a análise das cidades na Amazônia brasileira. *ACTA Geográfica*, 5(11), 15-30. <https://doi.org/10.5654/actageo2011.0001.0001>
- SIMDE – Sistema de Monitoramento Demográfico e Econômico. (2018). *Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã*. Banco de dados. Tefé: IDSM, 2018.
- STEWART, A.M., Costa, R.B.C., Rognant, C., Viana, F., Ávila, J., Santos, J.P., Rodrigues, J. e Vieira, S. (No prelo). Rising Above the Flood: Modifications in agricultural practices and livelihoods systems in Central Amazonia: Perspectives from ribeirinho and indigenous communities. Em Roué,

M., Nakashima, D. e Krupnik, I. (Eds), *Resilience through Knowledge Co-production - Indigenous Knowledge, Science and Global Environmental Change*, Cambridge, UK: Cambridge University and UNESCO Press.

STEWART, A.M.; Rognant, C. e Samis, V. (2016). Roça sem fogo: a visão de agricultores e técnicos sobre uma experiência de manejo na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, Amazonas, Brasil. *Biodiversidade Brasileira*, 6, 71–87.

TRIPP, D. (2005). Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. *Educação e pesquisa*, 31, 443-466. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000300009>

VIANA, F.M.F., Stewart, A.M. e Richers, B.T. (2016) Cultivo itinerante na Amazônia central: manejo tradicional e transformações da paisagem. *Novos Cadernos NAEA*, 19, 93-122. <https://doi.org/10.5801/ncn.v19i1.1816>